MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Gestão Pública
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal
Coordenação-Geral de Elaboração, Orientação e Consolidação das Normas

NOTA INFORMATIVA Nº 352/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP

Assunto: Ressarcimento de transporte de móveis e bagagens

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça, por intermédio do Despacho nº 122/2013/AJ/CGRH/SPOA/SE/MJ, fls. 43/44, encaminha o processo em epígrafe, que trata de pedido de ressarcimento de transporte de mobiliário e bagagens de interesse do servidor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, removido de ofício da sede do Departamento Penitenciário Federal em Brasília/DF para a Penitenciária Federal de Mossoró/RN, por meio da Portaria nº 01/DEPEN, de 03 de janeiro de 2013, fl. 03.

2. No caso dos autos, verifica-se que o servidor e não a Administração realizou os orçamentos e a contratação da empresa para a prestação de serviços de transportes, fato que contraria o entendimento de que as despesas com transportes de mobiliário e bagagem sejam precedidas de processos de licitação ou dispensa de licitação para contratação. Ademais, depreende-se da legislação e dos normativos pertinentes ao assunto, que não há possibilidade de ressarcimento das despesas custeadas pelo interessado.

3. Com essas informações, sugere-se a restituição dos autos à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça, para conhecimento e demais providências de sua alçada.

INFORMACÕES

4. Consta dos autos requerimento do servidor à fl. 01, objetivando o pagamento de transporte de móveis e bagagens em decorrência de sua remoção de ofício da sede do Departamento Penitenciário Federal em Brasília/DF para a Penitenciária Federal de Mossoró/RN, por meio da Portaria nº 01/DEPEN, de 03 de janeiro de 2013, fl. 03.

5. Frise-se que, em 07 de janeiro de 2013, o servidor solicitou à fl. 02 ressarcimento das despesas com transporte de móveis e bagagens realizadas, uma vez que o Ministério da Justiça encontrava-se sem contrato para prestar o referido serviço. Diante disso, o interessado solicitou três orçamentos, fls. 04/09, e escolheu o de menor valor, fls. 10/13, realizando a contratação com a Empresa Útil Transporte LTDA, em 08 de janeiro de 2013, (fls. 10/13). Para fins de ressarcimento, apresentou Nota Fiscal no valor de R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), fls. 14.

6. A respeito do assunto, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Departamento Penitenciário Nacional, mediante Despacho nº 08/2012-CGRH/CGAD/DIREX/DEPEN, fls. 17/18, sugeriu o deferimento do pedido, com fulcro no art. 53, § 1º, da Lei nº 8.112, de 1990.

7. Por conseguinte, a Gerência de Execução Orçamentária e Financeira do Ministério da Justiça, por meio do Despacho nº 04/2013, fls. 20/21, explicitou os procedimentos a serem adotados em relação ao ressarcimento da despesa com transporte rodoviário, tendo em vista Memorando nº 03/2013/GEORF/CGL/SPOA/SE/MJ, fl. 22, o qual dispõe:

1. Tendo em vista a não prorrogação do Contrato 200/2009, referente à prestação de serviço de transporte rodoviário, firmado junto à empresa MUDANÇAS CINCO ESTRELAS LTDA informo que esta Gerência de Execução Orçamentária e Financeira – GEORF vem adotando o seguinte procedimento para as demandas que chegam a esta Coordenação-Geral de Logística – CGL, enquanto não se concluir o novo processo de contratação que está em curso, protocolo XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX:

O servidor para fazer jus ao ressarcimento da despesa com transporte rodoviário deve inicialmente realizar consulta prévia ao NUTRANS sobre a disponibilidade do serviço; fazer constar ao processo a manifestação do fiscal do extinto contrato quanto aos motivos para não atendimento da demanda e o status do novo processo de contratação; além disso, o servidor demandante do auxílio transporte deverá apresentar no mínimo 03 orçamentos de empresas idôneas sem restrição junto ao SICAF, no intuito de demonstrar a compatibilidade de preço com o mercado. Por fim, é imprescindível também que a demanda se enquadre nos limites do Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001.

8. O Núcleo de Transportes da Coordenação-Geral de Logística/MJ, por intermédio do Despacho nº 006/2012, fl. 23, informou a impossibilidade momentânea de transporte dos bens do servidor, em razão da não prorrogação do Contrato 200/2009. Ademais, informou que o servidor teria direito a vinte e quatro metros cúbicos.

9. Ressalte-se que à fl. 24, consta Nota de Empenho no valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

10. Instada a se manifestar, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça, mediante PARECER N° 063/2013/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU, fls. 31/33, sugeriu o envio dos autos a esta Secretaria, para manifestação, com o prévio pronunciamento do Ministério da Justiça.

11. Por sua vez, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça, mediante Despacho n° 122/2013/AJ/CGRH/SPOA/SE/MJ, fls. 43/44, encaminha o documento em epígrafe, ao tempo em que tece as seguintes considerações:

13. A regra determina que o transporte será custeado diretamente pela Administração. Sendo assim, não cabe ao servidor optar por transporte diverso que lhe seja mais conveniente e depois requerer o seu ressarcimento.

14. Certo é que o órgão deixou de tomar as providências devidas, em tempo hábil, a fim de que se fizesse uma nova contratação, no que tange ao transporte de mobiliário e bagagens, o que impossibilitou o atendimento imediato dos pedidos dos servidores que são deslocados no interesse do serviço público. Nesse sentido, restaram todos esses beneficiários do Decreto n° 4.004, prejudicados quando de seus deslocamentos no território nacional.

15. Dessa forma, esta setorial entende que não havendo contrato vigente que permita custeio direto pela Administração de transporte de móveis e bagagens do servidor, não pode este deixar de ser ressarcido ao providenciar por conta própria tal transporte, em virtude de ineficiência estatal.

16. O argumento de que não é possível o ressarcimento só é sustentável caso a Administração tenha contrato vigente que garanta ao servidor o transporte de seus bens, não podendo, portanto, o órgão público imputar prejuízo àquele que providencia a transferência de seu acervo patrimonial para a nova sede, patrimônio este indispensável na fixação do novo domicílio.

17. Ocorre que tal entendimento confronta a ON n° 3/2013, a qual não fez qualquer ponderação acerca de um possível e excepcional ressarcimento de pagamento de transporte, quando o órgão não possuir contrato vigente que permita transportar os bens de servidor deslocado. Dessa maneira, resta dúvida sobre a aplicação dessa ON nas hipóteses em que o servidor não tenha dado causa ao processo que impossibilitou transferência do mobiliário e bagagens. (destacamos)

12. Preliminarmente, cabe destacar que a ajuda de custo constitui uma das espécies de indenização devidas ao servidor público, e se caracteriza, portanto, em uma vantagem pecuniária decorrente de um fato específico, que gerou um pagamento esporádico e ocasional.

13. Conforme o disposto no *caput* do art. 53 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a ajuda de custo **destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento da indenização, a qualquer tempo, caso o cônjuge ou companheiro, que também detenha a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede.**

14. Frise-se que o § 1º do artigo supra estabelece expressamente que as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais correm por conta da Administração.

15. Destaque-se, ainda, que a indenização de ajuda de custo foi regulamentada pelo Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001, que assim dispõe:

Art. 1º Ao servidor público civil regido pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), que, no interesse da administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, conceder-se-á:

I - ajuda de custo, para atender às despesas de viagem, mudança e instalação;

II - transporte, preferencialmente por via aérea, inclusive para seus dependentes;

III - transporte de mobiliário e bagagem, inclusive de seus dependentes.

[...]

Art. 4º No transporte de mobiliário e bagagem referidos no art. 1º, será observado o limite máximo de doze metros cúbicos ou 4.500kg por passagem inteira, até duas passagens, acrescido de três metros cúbicos ou novecentos quilogramas por passagem adicional, até três passagens.

Parágrafo único. Compreende-se como mobiliário e bagagem os objetos que constituem os móveis residenciais e bens pessoais do servidor e de seus dependentes.

[...]

Art. 8º As despesas relativas à ajuda de custo, passagens e transportes de bagagem dependerão de empenho prévio, observado o limite dos recursos orçamentários próprios, relativos a cada exercício, vedada a concessão para pagamento em exercício posterior.

16. Tal determinação constava da Orientação Normativa SRH/MP nº 1, de 29 de abril de 2005, vigente à época do pleito do interessado, e também está disposta na Orientação Normativa SEGEP/MP nº 3, de 15 de fevereiro de 2013, que revogou a ON SRH/MP nº 1/2005. Vejamos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA SRH/MP Nº 1, DE 29 DE ABRIL DE 2005

Art. 2º A indenização de ajuda de custo, será concedida ao servidor que no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio, em caráter permanente, de modo a compensar as despesas de instalação.

Art. 3º Correm por conta da Administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.

[...]

Art. 6º As despesas decorrentes de transporte de mobiliário e de bagagem serão diretamente custeadas pela Administração e sujeitam-se às disposições contidas no art. 4º do Decreto nº 4.004, de 2001.

Art. 7º Compreende-se como mobiliário e bagagem os objetos que constituem os móveis residenciais e bens pessoais do servidor e de seus dependentes.

[...]

Art. 23. As despesas decorrentes da indenização de ajuda de custo dependerão de empenho prévio, observado o limite dos recursos orçamentários próprios, relativos a cada exercício.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA SEGEP/MP Nº 3, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

Art. 2º - A ajuda de custo será concedida ao servidor público regido pela Lei nº 8.112, de 1990, que, no interesse da administração, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio, em caráter permanente, de modo a compensar as despesas de instalação.

[...]

Art. 6º - As despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e mobiliário, serão custeadas diretamente pela administração.

§ 1º - O transporte do servidor e dos seus dependentes será concedido, preferencialmente, por via aérea.

§ 2º - No transporte de bagagem e de mobiliário, será observado o limite máximo de doze metros cúbicos ou 4.500 kg por passageiro, até duas passagens, acrescido de três metros cúbicos ou novecentos quilogramas por passageiro adicional, até três passagens.

§ 3º - Para os fins do disposto neste artigo, compreende-se como bagagem e mobiliário os móveis residenciais e os bens pessoais do servidor e de seus dependentes.

§ 4º - É vedado ao servidor custear e ser ressarcido das despesas previstas no *caput* deste artigo.

[...]

Art. 16 - As despesas com a ajuda de custo e de transporte dependerão de empenho prévio, observado o limite dos recursos orçamentários próprios, relativos a cada exercício em que ocorrer o deslocamento do servidor e de seus dependentes.

17. Da leitura dos dispositivos supra, observa-se que o pagamento das despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e mobiliário objetiva compensar as despesas de sua instalação, uma vez que a sua mudança de domicílio, em caráter permanente, com exercício em nova sede, ocorreu no interesse da Administração.

18. Deve-se salientar, todavia, que o Decreto nº 4.004, de 2001, estabelece que a Administração deve custear diretamente as despesas de transporte de mobiliário e bagagem, não permitindo o ressarcimento de tais despesas quando custeadas pelo servidor, para que não sejam desrespeitadas as normas referentes à licitações e contratos previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19. Referido entendimento vem sendo aplicado por este Órgão Central, conforme se constata do Memorando nº 50/COGLE/SRH, de 12 de dezembro de 2002, e da Nota Técnica nº 480/2010/DENOP/SRH/MP, de 10 de maio de 2010, da extinta Secretaria de Recursos Humanos deste Ministério. Ademais, esta Secretaria de Gestão Pública, com a publicação da Orientação Normativa SEGEP/MP nº 3, de 15 de fevereiro de 2013, deixou assente, no art. 6, § 4º, da referida ON, que é vedado ao servidor custear e ser ressarcido das despesas de transporte com mobiliário e bagagem.

20. Cabe esclarecer, ainda, que essa é a linha de raciocínio adotada pelo Tribunal de Contas da União, no Acórdão 676/2004 – Segunda Câmara, contido na Relação nº 29/2004, *in verbis*:

Entidade/Órgão: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

Determinações: Ao responsável pela entidade.

2.1. empenhar previamente todas as despesas;

2.2. que as despesas com transportes de mobiliário e bagagem de servidores transferidos, sejam precedidas de processos de licitação ou dispensa de licitação para contratação, conforme o valor, com vistas a acolher a proposta mais vantajosa para a Administração;

21. No caso dos autos, verifica-se, portanto, que o servidor e não a Administração realizou os orçamentos e a contratação de empresa para a prestação de serviços de transportes, fato que contraria o entendimento de que as despesas com transportes de mobiliário e bagagem sejam precedidas de processos de licitação ou dispensa de licitação para contratação.

Ademais, conforme se verifica da legislação e dos normativos pertinentes ao assunto, não há possibilidade de ressarcimento das despesas custeadas pelo interessado.

22. Ademais, cumpre-nos observar que compete à Administração realizar a pesquisa de mercado com, no mínimo, 3 (três) orçamentos de empresas idôneas sem restrição junto ao SICAF, no intuito de demonstrar a compatibilidade de preço com o mercado.

23. Com essas informações, sugere-se a restituição dos autos à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça, para conhecimento e demais providências de sua alçada.

À consideração da Senhora Coordenadora-Geral.

Brasília, 08 de agosto de 2013.

PATRÍCIA MARINHO DOS SANTOS
Técnica da DILAF

MARCIA ALVES DE ASSIS
Chefe da Divisão de Direitos, Vantagens,
Licenças e Afastamentos - DILAF

De acordo. Ao Senhor Diretor, para apreciação.

Brasília, 08 de agosto de 2013.

ANA CRISTINA SÁ TELES D'AVILA
Coordenadora-Geral de Elaboração, Orientação e Consolidação das Normas

Aprovo. Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça, na forma proposta.

Brasília, 09 de agosto de 2013.

ROGÉRIO XAVIER ROCHA
Diretor do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal